

ESTUDO SÔBRE A HISTORIOGRAFIA JAPONÊSA.

INTRODUÇÃO.

Características gerais das historiografias hindu e chinesa.

A cultura japonêsa não se desenvolveu independentemente de contactos com as culturas dos outros povos do Oriente, muito pelo contrário, grande parte dela é derivada da cultura chinesa, com que o Japão entrou em contacto desde o início da éra cristã. através de relações comerciais com o Celeste Império e da entrada no Japão de inúmeros imigrantes chineses e coreanos, bem como da cultura hindu, com que entrou em contacto indireto ao assimilar o Budismo que lhe foi transmitido da China. Por isso, ao estudarmos a evolução da historiografia japonêsa não podemos ignorar as características gerais das historiografias hindu e chinesa, principalmente desta última, visto que a maior parte dos livros de História escritos no Japão foram calcados em modelos chineses e mesmo escritos em chinês. Vejamos primeiro a historiografia hindu, cuja influência não pode ser desprezada, vista a formação budista de inúmeros historiadores.

*

Antes da aparição do Budismo, a Índia era um país sem historiografia, sem historiadores, sem cronologia. Com sua sociedade estática, encerrada dentro de castas intransponíveis, via reis sucederem-se a reis, cidades nascerem, crescerem e morrerem sem que alguém se lembrasse de lhes escrever a história. Poucas eram as mudanças que ocorriam naquela sociedade dirigida por brâmanes sempre a efetuarem as mesmas cerimônias e a entoarem os mesmos hinos, entregue sempre às mesmas lides agrícolas e pastoris, assistindo todos os anos a sucessão das mesmas monções. Não havendo mudanças

bruscas, não se cogitava de relatar fatos notáveis nem de marcar-lhes a data — êles praticamente não existiam.

O aparecimento do Budismo foi o primeiro grande acontecimento que sacudiu a sociedade hindu do torpor em que vivia desde o dia longínquo em que os árias haviam conquistado os vales do Indo e do Ganges. Êle representou uma reacção contra aquela imutável estrutura de castas, foi um acontecimento que abalou profundamente a sociedade indiana e principalmente era uma religião fundada por um indivíduo que viveu numa época determinada e num lugar determinado, o que permitia que se escrevesse a sua história. O Bramanismo, pelo contrário, não teve fundador determinado; formou-se lentamente a partir da antiga religião gentílica, não apresentava aos hindus elemento algum que lhes permitisse escrever sua história. Havia, é certo, lendas e epopéias que passavam por história, mas eram muito vagas, os acontecimentos se desenrolavam como que no ar, não existia a menor preocupação de delimitá-los no tempo e no espaço.

Além disso, a própria organização da Comunidade Budista exigia a fixação de datas com exatidão. Os lugares em que os monges se sentavam durante as assembléias eram determinados segundo o maior ou menor tempo de permanência do monge dentro da Ordem. Por isso era necessário que as datas de ordenação dos monges fôsse determinadas com exatidão, pois havia casos de monges ordenados no mesmo dia, mês e ano, sendo necessário portanto saber a hora da ordenação para determinar qual o monge que estava há mais tempo na ordem.

Sob o impulso do Budismo nasceu pois a historiografia hindu, cujas características principais serão encontradas nas obras dos historiadores chineses e japoneses budistas. São elas:

1). — Tendência a apresentar certas personalidades históricas como reencarnações de santos e heróis legendários.

2). — Tendência a atribuir a fatos antigos uma antiguidade mais remota que a verdadeira e a atribuir a autoria de obras recentes a célebres autores do passado.

3). — Visão cíclica da História. Diz-se por exemplo que em éras remotas o mundo passara por ciclos de evolução semelhantes ao que atravessamos e que em cada um dêles um Buda semelhante ao do nosso ciclo evolutivo ensinara o Caminho da Verdade aos homens. Da mesma forma, no futuro, o mundo passará por estágios semelhantes ao do ciclo atual e um nôvo Buda, Maitreya, repetirá todos os atos de seu prede-

cessor e exporá aos homens os mesmos ensinamentos que os de Çakiya Muni (O Buda do ciclo atual).

4). — A filosofia budista prega que tôdas as coisas têm existência efêmera, estando fadadas a inevitáveis transformações e o historiador budista encara a história sob esse aspecto: impérios que nascem e morrem, humildes repentinamente elevados ao poder, orgulhosos e poderosos súbitamente arruinados, em suma, uma sucessão vertiginosa de transformações onde nada é estável ou permanente.

5). — Como o Budismo prega a Lei de Causa e Efeito, os historiadores se preocupam em investigar as causas e efeitos dos fatos mas como o hindu é por natureza sonhador e fantasista, em vez de buscá-las na própria sucessão dos fatos históricos, apela para o maravilhoso.

Pouquíssimas são as obras históricas deixadas pelos hindus. As características acima se referem mais a obras de história religiosa do que de história profana, praticamente inexistentes. Daí a grande dificuldade dos que se dedicam ao estudo da História da Índia, freqüentemente obrigados a apelar para fontes chinesas, iranianas, gregas, etc.

*

Na China a situação foi bem diversa. A história da China se caracteriza por uma confusão incrível de dinastias que surgem e desaparecem da noite para o dia (houve mesmo uma época em que dezesseis dinastias simultâneas se degladiaram pela hegemonia da China!), de revoltas, traições, invasões de bárbaros e tôda a sorte de convulsões internas e externas. Tantas mudanças incitaram desde cedo os intelectuais chineses a firmarem no papel a história de sua agitada nação. Muitos dêles viam no passado uma Idade de Ouro em que cinco imperadores divinos teriam trazido paz e prosperidade à China e pregavam a volta às instituições antigas para resolver os inúmeros problemas da nação. Não foi entretanto essa a única tendência e muitas vêzes a veremos suplantada por outras. Em todo o caso, dispondo de listas cronológicas de imperadores mais ou menos perfeitas e de um calendário bastante aperfeiçoado, os chineses estavam aptos a escrever uma história de cunho mais científico do que a de seus vizinhos hindus. E o curioso é que a obra do mais antigo historiador chinês é justamente a mais perfeita que a China nos legou, a mais próxima, em sua metodologia, dos trabalhos dos historiadores de nossos dias.

Chama-se ela **Shi-King** (O Livro da História) e foi escrita por Shi Ba Sen, historiador oficial da côrte do Imperador Wu-Ti (141-87 a. C.), da dinastia Han.

Em sua mocidade, Shi Ba Sen teve a infelicidade de cair no desagrado do Imperador e de sofrer uma pena infamante. Esteve a ponto de se entregar ao desespero, mas seu pai, também historiador, estimulou-o a escrever uma história completa da China. Após 5 anos de viagens esfalfantes e minuciosas pesquisas, em 93 a. C., Shi Ba Sen completou seu monumental trabalho que abrange a História da China desde as origens do Império até o ano 100 a. C.

As obras históricas até então consistiam em crônicas dos Imperadores das várias dinastias e dos nobres mais poderosos, em ordem cronológica e em séries de biografias. Já existiam duas tendências principais, que se perpetuaram pelos séculos afora, uma pessimista, que deplorava a corrupção reinante e se voltava para uma pretensa Idade de Ouro das origens do Império e a outra pragmática, característica dos historiadores confucionistas, que buscavam no passado exemplos dignos de serem imitados pelos governantes de seu tempo. Tudo isso era suficiente para os estudiosos da época, que só se preocupavam com História Política, mas não contentou Shi Ba Sen, que dividiu sua obra em três partes. A primeira descreve os vários regimes políticos, a segunda é uma cronologia das diversas dinastias, Estados independentes e famílias nobres e a terceira, a mais importante, consiste em uma série de biografias. Além das biografias de políticos, militares, literatos e nobres, contém biografias de artistas, adivinhos, médicos, assassinos profissionais e outros indivíduos das classes inferiores, o que torna a obra de grande interesse para os estudiosos de História Social.

O mais extraordinário é que Shi Ba Sen agrupou as biografias de acôrdo com a posição e as atividades das personalidades, fazendo assim um trabalho de História Social e de História da Civilização que só no século XVIII começou a ser feito no Ocidente. E harmonizou as biografias com a ordem cronológica da História Política, fundindo assim os dois métodos tradicionais de fazer História.

Embora vivesse numa época de absolutismo, Shi Ba Sen revelou um grande senso crítico, expondo os fatos com a maior fidelidade possível e criticando sem reservas o que lhe parecia errado, mesmo incorrendo no desagrado dos poderosos de sua época. Falava de um imperador ou de um general com

a mesma objetividade com que falava de um mercador ou de um escravo.

O plano de sua obra, fusão da crônica em ordem cronológica com a série de biografias, conhecido como **Kidentai** foi copiado por muitos historiadores e cronistas posteriores, que infelizmente não continuaram seu trabalho de história social. Um dos defeitos apontados no **Kidentai** consiste em ser êle propício a deixar o historiador se perder no emaranhado dos fatos, obrigá-lo a voltar atrás ou a avançar demais muitas vezes, o que torna de difícil compreensão a sucessão cronológica dos mesmos.

Não é nossa intenção fazer a História da Historiografia chinesa. Apenas diremos que as obras posteriores ou tomaram a forma da de Shi Ba Sen ou as tradicionais de **Hennen** (crônicas em obra cronológica) ou **Retsuden** (séries de biografias). Êsses vários processos de escrever história foram muitas vezes copiados pelos historiadores japoneses. Mas foi Shi Ba Sen o historiador chinês que mais influenciou seus colegas do País do Sol Nascente.

Passemos agora à parte principal de nosso estudo.

*

* *

CAPÍTULO I.

A ÉPOCA DA CRÔNICA OFICIAL.

O Japão antigo era constituído de uma porção de estados independentes chefiados por senhores poderosos, os quais pouco a pouco se foram agrupando sob o domínio do Senhor de Yamato (região de Kyoto), surgindo lá pelo século VI de nossa era um Estado centralizado, governado por um Imperador descendente dos antigos senhores de Yamato, como tudo leva a crer.

Todos os nobres, descendentes daqueles chefes de Estados independentes, tinham seu repositório de tradições transmitidas oralmente, de geração em geração, que geralmente os faziam descender de divindades. Com a unificação do país sob a Côrte do Imperador de Yamato, esta viu a necessidade de se englobarem tôdas as tradições dispersas em um todo que mostrasse a supremacia da Casa Imperial sôbre as outras famílias importantes, que a apresentasse como predestinada pelos deuses para governar o Japão. Dêsse desêjo nasceu em

712, após algumas tábuas cronológicas de imperadores, sem maior interêsse o **Kojiki** (Anais das Coisas Antigas), o primeiro trabalho de história escrito no Japão. Redigiu-o o cortesão Ono Yasumaro, baseado em narrativas de um misterioso personagem que êle denomina Hieta no Are, de que não temos nem sequer a certeza se foi homem ou mulhr. Só sabemos que devia ser uma pessoa muito versada nas tradições e lendas atinentes à família imperial. Provavelmente, obras escritas também foram consultadas para a elaboração do **Kojiki** mas como nenhuma obra anterior a êste chegou até nós, nada podemos afirmar com certeza.

Desde as primeiras páginas o **Kojiki** mostra ser uma obra destinada a provar a legitimidade do domínio da família imperial. Embora tenha pretensões a ser História, grande parte de seu conteúdo é pura lenda. Compõe-se de três partes, a primeira narrando a mitologia desde a criação do mundo até o estabelecimento do govêrno do Japão pelos descendentes da Deusa Solar Amaterasu Omikami, os quais derrubaram poderosos rivais, como os Deuses da província de Izumo (os Senhores de Izumo, durante muito tempo foram sérios concorrentes à hegemonia do Japão e mostrar os deuses seus antepassados submtendo-se aos deuses solares de quem o Imperador era tido como descendente, era um ótimo meio de evitar conflitos internos. A segunda e a terceira parte contém as crônicas dos Imperadores, desde o legendário Jinmu Tenno, o Filho dos Deuses, que teria reinado no século VI a. C. até a Imperatriz Suiko (século VI a. C.). Só a terceira parte contém alguma verdade histórica.

Escrito numa curiosa mistura de japonês e chinês, o **Kojiki** apresenta grande beleza literária, com as metáforas e poemas que o adornam. Sômente as longas genealogias de homens e de deuses é que tornam a sua leitura um pouco cansativa.

Em suma, mais do que um livro de História, o **Kojiki** é uma epopéia nacional girando em tórno das glórias da Casa Imperial. Apresentamos aqui um trecho da segunda parte, que narra um episódio das lutas do legendário príncipe Yamato-no-takeru-no-mikoto contra bárbaros revoltosos.

“O Imperador, temendo o temperamento violento do filho, disse-lhe:

— No Oeste, vivem os dois irmãos Kumasotakeru, poderosos rebeldes. Extermine-os.

Nessa época, o príncipe Ousu (depois Yamato-no-takeru-no-mikoto) tinha mechas de cabelos amarrados nas fontes (era ainda menor de idade). GANHOU de sua tia Yamato-hime-no-mikoto vestes femininas, cingiu sua espada e partiu. Chegando à casa dos Kumasotakeru, viu que esta estava cercada por três linhas de soldados e que construíam uma nova edificação. Tratava-se de festejar o acabamento desta e preparavam-se muitas iguarias. O príncipe ficou rondando por ali, esperando o dia festivo.

No dia da festa, penteou seus cabelos como os de uma donzela e vestiu os trajes da tia. Disfarçando-se assim em mulher, misturou-se às servas e penetrou na casa”.

Depois, narra-se como o príncipe disfarçado em mulher seduziu os irmãos Kumasotakeru e matou um deles em plena festa. Pela natureza desse episódio podemos ter uma idéia do **Kojiki** — é mais epopéia e lenda do que trabalho sério de História.

*

Após a redação do **Kojiki**, prosseguiu o trabalho dos cronistas oficiais, do qual resultou uma coleção de seis obras escritas em chinês, o **Rikkokushi**. São elas: o **Nippon Shoki**, o **Zoku Nippongui**, o **Nippon Goki**, o **Zoku Nippon Goki**, o **Nippon Montokutenno Jitsuroku** e o **Nippon Sandai Jitsuroku**, publicadas respectivamente em 720, 797, 840, 869, 879, 901.

O **Nippon Shoki** é como que uma versão melhorada e ampliada do **Kojiki**. Como este, a sua primeira parte é constituída de lendas mitológicas, porém nem sempre em concordância com as do **Kojiki**, embora visem também afirmar a origem divina do regime.

Tôdas as seis obras, das quais uma é a continuação da outra, não passam de coleções de biografias de imperadores colecionadas e redigidas nos moldes chineses. Não há senso crítico, há muita lenda, muita fantasia misturada com os fatos reais. O povo mal aparece nessas crônicas aristocráticas.

Não há necessidade de examinar essas obras uma a uma. Apenas diremos que durante essa época periodicamente eram realizados na corte seminários de História em que um letrado lia e interpretava para os nobres o **Nippon Shoki**. Após a redação do **Rikkokushi** continuaram a serem escritas listas de imperadores, tábuas cronológicas e crônicas por ordem do governo ou iniciativa particular, mas novos gêneros que vão surgir reclamarão a nossa atenção.

Durante êsse período, houve quem tentasse descobrir leis que regessem a História, mas não as procuravam na observação objetiva dos fatos, limitando-se em verificar se êles confirmavam certas profecias supersticiosas dos letrados chineses. Quanto ao estudo das causas dos fatos, ficou-se simplesmente no estudo das origens das festas e cerimoniaes da côrte.

*

* *

CAPÍTULO II.

A HISTÓRIA ROMANCEADA E A EPOPÉIA.

A partir do século IX, o poder se afasta cada vez mais do Imperador até cair totalmente nas mãos da poderosa família Fujiwara, ricos senhores de terras que dominam o Japão nos séculos X e XI. No século XI, há uma ligeira reação da côrte imperial que transparece no regime **Insei**, em que o poder é exercido por um imperador abdicado, tornado monge budista. O verdadeiro imperador era obrigado a permanecer no palácio, precisando cumprir a rígida etiquêta imposta pelos Fujiwara, ao passo que o imperador abdicado, liberto de qualquer protocolo, tinha liberdade para governar.

Mas uma terceira fôrça surgiu, a dos guerreiros ou **samurais**, que no século XII suplantou definitivamente a côrte e os efeminados nobres que a rodeavam, estabelecendo o **shogunato** ou **bakufu**, govêrno militar que durou até 1868, sofrendo apenas uma breve interrupção no século XIV.

Vejamos a historiografia romanceada do período Fujiwara para depois examinar a epopéia dos primeiros séculos de domínio dos **samurais**.

*

A vida dos nobres japoneses durante o período áureo dos Fujiwara é muito semelhante à dos palacianos de Versalhes na éra de apogeu do Absolutismo francês. Sem se preocupar com a política, entregues aos prazeres, os nobres dêsses período viviam exclusivamente preocupados em agradar as damas da côrte. Cumpre dizer que êsse período foi de grande valorização da mulher. A grande fôrça dos Fujiwara estava em seus estreitos laços de parentesco com a família imperial e tanto êles quanto as outras famílias nobres davam esmerada educação às suas filhas a fim de que elas pudessem desposar

imperadores ou príncipes de sangue. As mulheres constituíram a verdadeira elite cultural da época.

Outro grande acontecimento dessa época foi a invenção e a divulgação dos silabários japoneses **kana** que permitiram maior liberdade de expressão. Até então, só se escrevia em chinês ou em uma estranha mistura de chinês e japonês em que os vocábulos japoneses eram escritos em ideogramas chineses dos quais só se levava em conta o valor fonético. Com a invenção dos **kana**, foi possível aos intelectuais libertarem-se do chinês e escreverem na língua pátria. Curioso é que nos primeiros tempos os homens jamais escreviam em **kana**, dedicando-se exclusivamente aos estudos chineses. O **kana** era para o sexo feminino, que por sua vez nunca se dedicava aos estudos chineses, com raras exceções, aliás muito mal vistas na época.

Entretanto muito cedo os homens perceberam as vantagens do **kana** e passaram a adotá-lo. O primeiro homem que escreveu uma obra em **kana** foi o poeta Kino Tsurayuki, em 935.

A historiografia do período Fujiwara, que vamos estudar agora, foi toda ela escrita em **kana** e sofreu grande influência dos **monogatari**, romances que narravam os amores dos nobres, escritos principalmente por mulheres.

*

O primeiro trabalho histórico desse período é o **Eiga monogatari**, publicado em meados do século XI e atribuído à dama da corte Akazome Emon. Apresenta as seguintes características:

- a). — E' escrito em ordem rigorosamente cronológica, como as obras do **Rikkokushi** e congêneres chineses e japoneses.
- b). — E' escrito no presente histórico, e não no tempo passado, o que dá vivacidade à narrativa.
- c). — A narrativa se restringe aos ambientes freqüentados pela autora. Só se focaliza a vida dos nobres de Kyoto, a capital. Nenhuma palavra sobre as províncias e o povo.
- d). — Há pouquíssimas inveracidades na narração, toda ela redigida com material extraído de diários de damas da corte. Note-se o grande entusiasmo da autora ao louvar os personagens que ela admira.
- e). — Há muitas frases copiadas de textos clássicos.

Outra obra importante desse período é o **Ookagami** (Grande Espelho), que tem a particularidade de ser escrita em for-

ma de diálogo. Não sabemos nem a sua data de publicação nem o seu autor, mas tudo leva a crer que tenha sido escrito após o reinado do Imperador Toba (1113-1117).

O prefácio narra que em um dia de maio de 1025 dois velhos se encontram num templo e se põem a recordar o passado. Um jovem **samurai** ouve-os, faz-lhes perguntas e registra suas palavras. A fim de registrar a História como um acervo de fatos observados pessoalmente pelos dois velhos, o desconhecido autor lhes emprestou idade inverossímeis: 140 e 150 anos!

Ao contrário do **Eiga monogatari**, escrito em ordem cronológica, o **Ookagami** consta de uma série de biografias. A primeira parte consiste em uma série de biografias de imperadores, a segunda de membros importantes da família Fujiwara e um apêndice registra tradições sôbre acontecimentos diversos.

Essa obra tem a particularidade interessante de se ocupar um pouco com o povo comum. Mas está longe de fazer História Social, não passa de história romanceada.

Obras escritas no mesmo estilo são o **Imakagami** (Espêlho Atual) (1170?), o **Mizukagami** (Espêlho d'água) (meados do século XII) e o **Masukagami** (Espêlho de Aumento) (meados do século XIV).

Embora estas obras não pertençam mais ao período dos Fujiwara, mas sim ao dos **samurais**, silenciam quase que completamente sôbre as atividades dêstes, concentrando-se nas atividades dos nobres da côrte e dos imperadores, então sem fôrça política de espécie alguma. Guerras que mudaram a face do Japão não são nem sequer citadas, ao passo que intrigas da côrte sem qualquer importância são narradas detalhadamente. Só o **Masukagami** se preocupa um tanto com os **samurais** e suas guerras.

Deixemos os **kagami**, a historiografia dos nobres e vejamos as epopéias, a historiografia dos **samurais**.

*

Os **samurais** são os descendentes dos homens de armas que defendiam os **shoen** (grandes latifúndios pertencentes aos nobres) das incursões de ladrões e salteadores. Enquanto os nobres se entregavam a uma vida de luxo e prazeres na Capital, os **samurais** cresciam em fôrça e prestígio nas províncias e muitos dêles começaram a receber honrarias por serviços prestados à Côrte, como extermínio de piratas e salteadores, paci-

ficação de bárbaros de raça **ainu**, etc. Desde os inícios do século X, quando se deu a célebre revolta de Taira no Masakado (939) foram eles se imiscuindo cada vez mais na vida política do país até dominá-lo totalmente nos meados do século XII, quando o chefe militar Taira no Kiyomori se sobrepôs ao Imperador e à já decadente família Fujiwara. Mas em 1192 a família Taira foi totalmente exterminada por seus rivais, os Minamoto, cujo chefe Minamoto no Yoritomo instalou o **bakufu** na cidade de Kamakura. As epopéias que vamos estudar referem-se principalmente às lutas entre os Minamoto e os Taira.

A primeira epopéia de que temos notícia é o **Shomonki** (século X) relato da revolta de Taira no Masakado escrito em chinês. Não é obra complexa e literariamente bela como as posteriores, mas embora se baseie em fontes fidedignas, o autor desconhecido deu largas à imaginação, dando-nos uma interpretação falsa dos acontecimentos, sem se preocupar em estabelecer as verdadeiras causas destes.

A epopéia que mais nos interessa é o **Heike Monogatari** (A História dos Heike — ou Taira), elaborada no decorrer do século XIII por poetas e menestréis anônimos. Essa obra tem muita coisa em comum com os poemas homéricos e as Canções de Gesta da Europa Medieval.

Essa obra não era lida, mas sim cantada por menestréis ambulantes, geralmente cegos, ao som de uma espécie de guitarra denominada **biwa**. Versando sobre os combates entre os Taira e os Minamoto, o **Heike Monogatari** foi pouco a pouco elaborado em torno de um núcleo primitivo a que se foram acrescentando narrativas congêneres. Mas, assim como nos poemas homéricos, isso não quebra a unidade de narrativa.

De inspiração budista, o **Heike Monogatari** se propõe demonstrar que todas as coisas deste mundo são vãs e passageiras, por mais magníficas que pareçam ser. Toma a obra como exemplo a família Taira e a riqueza e o poder de que ela desfrutava, que em poucos anos de combate foram totalmente aniquilados, reduzidos a nada pelos Minamoto. É uma mera sucessão de fatos, não interessava ao autor explicar-lhes as causas mas sim pintar com cores vivas a marcha dos Taira do auge do poder e da glória para a desgraça e destruição. Embora narre acontecimentos verídicos, o **Heike Monogatari** está repleto de episódios romanescos e heróicos, evidentemente inverídicos. O sobrenatural também está presente na obra, mas num plano muito apagado. O que predomina são narrações de façanhas de afamados guerreiros no campo da luta.

O prefácio da obra, que apresentaremos agora, define claramente o seu objetivo e a resume:

“O som dos sinos de Jetavana Vilhara (Templo budista da Índia) proclama o caráter efêmero de tôdas as coisas existentes. A côr das flôres da árvore Sala mostra que tudo o que prospera certamente perecerá. Aquê-le que tem orgulho dura pouco, é como um sonho numa noite de primavera. Todos os fortes acabam perecendo como a chama de uma vela exposta ao vento”.

Vem depois uma longa enumeração de personagens históricos chineses e japonêses que após uma vida de fausto e abuso do poder pereceram às mãos dos inimigos, após a qual o autor anuncia a intenção de narrar a vida de Taira no Kiyomori, o último dos grandes chefes Taira e outro exemplo vivo daquilo que foi afirmado no prefácio.

Posteriores ao **Heike Monogatari** temos o **Guenpei Seisui-ki** (Grandeza e Decadência dos Taira e Minamoto), que é o próprio **Heike Monogatari** acrescido de novos episódios e o **Taiheiki** (Crônica da Grande Paz), crônica da malograda tentativa de restauração do poder imperial levada a cabo pelo Imperador Godaigo (inícios do século XIV). Essa epopéia que data do século XV é muito mais fiel à verdade histórica que as precedentes.

*

* *

CAPÍTULO III.

O PENSAMENTO RELIGIOSO NA HISTORIOGRAFIA.

a). — O Budismo.

A China sempre se caracterizou por ser continuamente sacudida por violentas crises de natureza político-militar e econômica, graças às quais a inquietação foi quase sempre o sentimento dominante do povo chinês. Esse contínuo suceder de guerras, fomes, pestes e revoluções acabou influndo no pensamento budista, sendo então incorporada ao Budismo uma curiosa doutrina escatológica que tem algumas analogias com o dogma cristão do Fim dos Tempos, doutrina que floresceu nas dinastias Tang e Song, antes da grande invasão mongol de Genghis Khan.

Segundo essa doutrina o verdadeiro Budismo só existiu nos primeiros 500 anos após a morte de Buda, nos quais a doutrina budista permaneceu pura e foi possível através dela obter a Iluminação, o Nirvana. E' o período chamado **Shôbô** (Verdadeira Lei).

Nos 500 anos seguintes, porém, o Budismo teria se desvirtuado, desaparecendo as possibilidades de atingir a Iluminação. Subsistiam ainda, porém, os templos, os monges e os textos sagrados. E' o período **Zôhō** (Imagem da Lei).

Depois desse período de 1.000 anos, considera-se o Budismo totalmente desaparecido. E' o terrível **Mappô** (Fim da Lei), período de guerras, pestes e tôda a espécie de crises, em que seria necessário criar um nôvo Budismo.

Os sacerdotes que viveram no período extremamente crítico que marca a transição entre as dinastias Tang e Song (séculos VIII-X), recordando os prósperos e tranqüilos dias de séculos passados, explicavam as desgraças de sua época pelo fato de já se terem passado mais de mil anos após a morte de Buda e terem entrado portanto no **Mappô**. Atribuïam os dias calmos de outrora às virtudes do Budismo do **Shôbô** e do **Zôhō**.

Essa doutrina trouxe consigo o ideal do **Jôdô** (Terra Pura), para onde iriam depois da morte os que nesta vida demonstraram uma grande fé no Buda Amida, o único capaz de salvar os nascidos no **Mappô** com a sua infinita compaixão. O **Jôdô** era a antítese daquêle mundo conturbado, era um maravilhoso paraíso em que tudo era paz, onde ninguém praticava o mal, e as coisas escapavam à fatal impermanência que as caracteriza neste mundo. Essas doutrinas tiveram larga aceitação entre as classes populares, influenciaram a historiografia chinesa e foram transmitidas ao Japão. Conturbado pelas lutas entre os Taira e os Minamoto, o Japão constituia um campo favorável para a divulgação dessas doutrinas e efetivamente elas alcançaram grande popularidade. Influíram também na literatura e na historiografia, dando origem à primeira explicação do mecanismo da História que teve lugar no Japão. Até então, as obras apresentavam uma mera sucção de fatos, não tinham a preocupação de estudar seu mecanismo; agora, procurava-se enquadrá-los dentro do esquema **shôbô-zôhō-mappô**. O **Heike Monogatari**, por exemplo, é uma obra que reflete o desespero dos que, nascidos no **Mappô**, eram obrigados a viver uma vida atribulada nos campos de batalha e a perecer sob os golpes do inimigo; seu único consôlo era a

esperança de atingir o **Jôdô** graças à infinita misericórdia do Buda Amida.

Mas as guerras passaram e à confusão sucedeu uma nova ordem: o domínio dos **samurais**, o **shogunato**. Passou a saltar aos olhos de todos a falsidade da doutrina do **Mappô**, visto tudo ter novamente entrado nos eixos sem aparecer nenhum nôvo Buda nem haver qualquer intervenção sobrenatural. A reação contra a idéia do **Mappô** partiu do próprio Budismo e encontramos seus primeiros esboços no **Gukanshô**, obra escrita por Jien, Superior da Escola Budista Tendai.

*

Jien, filho do **Kwampaku** (Ministro) Fujiwara no Tadamichi, nasceu em 1155 e se tornou Superior da Escola Tendai com apenas 38 anos. Naquele tempo, o Superior da Escola Tendai tinha no Japão importância análoga à do Papa na Europa Medieval, daí o fato de uma pessoa tão jovem ser escolhida para esse cargo ser revestido de uma importância tôda particular: o que lhe faltava em idade certamente êle tinha em cultura e experiência. Liberal por natureza, Jien por mais de uma vez se revoltou contra o formalismo do Budismo de seu tempo, mais apegado à letra do que ao espírito e seu comportamento muitas vêzes foi causa de escândalos na Côrte. Certa ocasião, por exemplo, esteve para ser deposto e exilado por ter concorrido com um poema de amor a um concurso de poesias da Côrte.

E' no **Gukanshô**, a principal obra de Jien, que se notam os primeiros germens de racionalismo na interpretação dos fatos históricos. O **Gukanshô** é uma tentativa de explicação da história do império japonês desde suas origens até a época do autor. Embora ainda não negue a doutrina do **Mappô**, êle admite que uma política bem dirigida, esforço e boa vontade poderão anular os maus efeitos da chegada da era do **Mappô**. Isso porque êle percebe que o período em que está vivendo não é apenas de decadência e de lutas intestinas, que nêle estão sendo elaborados os germens de uma nova sociedade — a sociedade feudal dos **samurais**. Logo, é possível ao esforço humano superar a fatalidade, conclui Jien.

Tal é a visão de conjunto. Quanto à interpretação dos fatos particulares, Jien, ainda muito apegado à mitologia budista, explica ações de grandes homens pelo fato dêles serem reencarnações de entidades mitológicas do Budismo e dá outros explicações igualmente fantásticas.

Só algumas décadas depois de Jien é que a historiografia budista vai se racionalizar, negando totalmente a doutrina do **Mappô**. Devemos essa racionalização sobretudo a Dooguen, introdutor da Ordem Soto da Escola Zen no Japão. Embora não escrevesse nenhum trabalho de História, em seu **Shobô Guenzo**, a **Summa Theologica** do Budismo japonês, Dooguen critica a doutrina do **Mappô**, dizendo que ela jamais pode ser empregada no sentido de qualificar épocas, servindo quando muito para qualificar indivíduos. Assim, um mau budista que viveu no tempo de Buda pode ser considerado pertencente ao **Mappô** e um budista sincero do século XIII pertencente ao **Shobô**.

Essa racionalização foi muito importante, pois libertou a historiografia Budista dos liames da escatologia e da superstição. Voltaremos a tratar da historiografia Budista quando estudarmos a historiografia contemporânea.

b). — O Shintoísmo.

Embora o Shintoísmo possa ser considerado uma religião nacional do Japão, anterior ao Budismo, visto as suas divindades serem deuses antiquíssimos, patronos dos clãs em que se dividia o Japão antes da unificação nacional, ou então personificações das forças da Natureza, cumpre dizer que foi em contacto com o Budismo que êle conseguiu formular um corpo de doutrina. Antes, apenas havia um mero culto dos deuses, frequentemente ligado a cerimônias civis tais como a proclamação dos imperadores e príncipes herdeiros e casamentos.

Em contacto com o Budismo, principalmente com o Budismo Esotérico, formou-se um corpo de doutrina em tôrno desses deuses que foram fundidos com várias divindades Budistas, assim como os deuses gregos se fundiram com os romanos. Como a religião romana o Shintoísmo era uma religião puramente estatal. Pregava a origem divina dos Imperadores e suas cerimônias sempre tiveram estreita ligação com as atividades políticas.

Ora, nem todos ficaram satisfeitos no Japão com a substituição do poderio imperial pelo poder militar enfeixado nas mãos do **shogun**. Muitos suspiravam pela volta do poder supremo às mãos do Imperador e como o Budismo não lhes apresentava nenhuma base ideológica para a defesa do poder Imperial, êles as foram buscar no Shintoísmo, que serviu admiravelmente a seus fins. O primeiro historiador que procurou defender o poder divino dos imperadores contra o poder obtido pela

fôrça conseguido pelos militares foi Kitabatake Chikafusa (século XIV). Kitabatake viveu numa época em que o Imperador tentou em vão destruir o poder militar, logrando apenas substituir uma dinastia de **shoguns** por outra e causando um cisma na côrte: o Imperador revolucionário deixou a Capital e estabeleceu sua côrte no Monte Yoshino, donde prosseguiu a enfrentar o Shogunato que elegera para o trono um imperador títere. A obra de Kitabatake Chikafusa visava principalmente provar a origem divina do Imperador refugiado nas montanhas e a ilegitimidade do imperador títere. Depois de Kitabatake Chikafusa, muitos outros partidários do Imperador seguiram seu exemplo, escrevendo obras de História em que procuravam provar o direito divino do Imperador, apoiados no Shintoísmo. Entre muitos, destacamos principalmente Hirata Atsutane e Motoori no Norinaga, já da Idade Moderna (séculos XVIII e XIX), que além de defenderem a origem divina do Imperador, batalharam pela perseguição ao Budismo e pela implantação do Shintoísmo como religião de Estado. Êsses pensadores shintoístas exerceram muita influência na política fascista que dominou o Japão após a sua ocidentalização, conduzindo à deificação do Imperador, à opressão ao Budismo e à derrocada de 1945.

*

* * *

CAPÍTULO IV.

HISTORIOGRAFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA.

a). — Características gerais da época (séculos XV-XX).

Após a malograda tentativa de restauração do poder imperial nos inícios do século XIII, o shogunato passou a perder cada vez mais o seu prestígio e autoridade visto não dispor de terras suficientes para auxiliar os que o ajudaram a fazer face ao Imperador e êsse desprestígio conduziu a uma completa descentralização do poder nos séculos XIV e XV, quando os poderosos senhores das províncias se degladiaram visando deporem o **shogun** decadente e se plantarem em seu lugar. A centralização só foi levada a cabo em 1603, quando o senhor feudal Ieyasu Tokugawa, após vencer os chefes rivais, estabeleceu um nôvo e forte **shogunato** que durou até 1868. Durante o período Tokugawa reinou a paz e aumentou de prestígio a bur-

guesia, embora os Toyugawa tivessem decretado o fechamento dos portos aos estrangeiros, com exceção dos holandeses e chineses, o que impediu um grande desenvolvimento comercial e industrial. A paz só foi quebrada com as lutas que, nos meados do século XIX culminaram com a substituição da malva, brasão dos Tokugawa, pelo crisântemo, brasão imperial, como símbolo do poder supremo.

Após a restauração imperial, o país entrou numa franca política de ocidentalização e comércio com o estrangeiro, incrementando-se a indústria e a educação em moldes ocidentais. Por outro lado, tomou fôrça nunca vista a corrente shintoísta que desejava a deificação do Imperador e a implantação do shintoísmo como religião do Estado. Essa corrente, aliada à conjuntura econômica, social e militar levou o país ao fascismo e à fanatização das massas, além de estabelecer uma política de intolerância ideológica e religiosa que só terminou com a derrota de 1945, que levou à implantação do regime democrático imposto pelas tropas de ocupação americanas.

b). — A Historiografia do Período Tokugawa.

No período Tokugawa a Historiografia progrediu a largos passos principalmente graças ao cuidado todo especial que o governo dispensou ao arquivamento dos documentos até então acumulados em desordem em templos e castelos das províncias. Quem iniciou êsse trabalho de tombamento foi o primeiro *shogun* Ieyasu Tokugawa, que vendo a grande quantidade de documentos espalhada pelos mais diversos lugares, teve a boa idéia de recolhê-los em sua nova capital, Edo (atual Tokio), para, entre outras coisas, facilitar a administração. Todos os senhores feudais e priores de templos receberam ordens de enviar a Edo os documentos em seu poder, ou pelo menos cópias. Muita papelada preciosa acumulada durante séculos voltou a ver a luz do dia, após um longo sono esquecida dos homens. Contam-se casos de velhas genealogias e crônicas de feudos de que ninguém suspeitava a existência e foram então encontrados nos depósitos de armas de castelos das províncias. Senhores feudais também começaram a se interessar pelo arquivamento dos documentos encontrados em seus domínios, surgindo assim os arquivos provinciais.

A atenção dispensada ao arquivamento de velhos papéis determinou um grande interêsse pela História, que começou a ser feita em bases mais científicas que outrora, pois se baseava nos documentos. Foi uma historiografia ainda imperfeita,

visto não haver nenhuma crítica séria de documentos e os historiadores gostarem muito de se apoiarem na autoridade dos escritores antigos.

Os trabalhos de História dessa época, devido à grande quantidade de documentos, são de grande vulto e compreendem milhares de volumes às vezes (são fascículos pequenos, com umas cem páginas em média e escritos em letras graúdas). Escritas em chinês, essas obras continham as biografias de imperadores e **shoguns**, começavam com as tradições mitológicas e não tinham fim, pois sua compilação deveria ser contínua; atingida a época atual, a obra devia continuar sempre a ser feita sob a forma de anis que registrassem os feitos do **shogun** no poder. Apesar do grande esforço despendido em sua elaboração, essas obras são defeituosas, devido à falta de espírito crítico por parte do historiador e por sua preocupação em louvar os Tokugawa. Têm porém um grande valor como fonte, pois contém preciosos documentos transcritos ao pé da letra.

Temos dessa época tanto os anais compilados pelo Shogunato como os compilados nos feudos. Entre os historiadores a serviço dos Tokugawa um dos mais importantes foi Arai Hakuseki (século XVII), profundo conhecedor, para a época, das coisas do Ocidente.

O feudo que mais se notabilizou nas compilação de anais foi o feudo de Mito, pertencente a parentes próximos do **shogun**. Seu suzerano Mitsukuni Mito (segunda metade do século XVII), iniciou a compilação do **Dainippon-shi** (Grande História do Japão), que continuou até pouco antes da queda do shogunato.

Tivemos também historiadores isolados, como o poeta Raisen Yo (início do século XIX), autor do **Nippon Gaishi** (História Exterior do Japão), composta de relatos da grandeza e da decadência das grandes famílias de chefes militares, dedicando-se especial atenção aos Tokugawa e a seus feitos. Tivemos também os shintoístas de que já falamos.

c). — **Historiografia Contemporânea.**

Com a ocidentalização do Japão começada em 1868, a História começou a ser escrita segundo os padrões ocidentais. Todas as correntes da filosofia da História em voga na Europa foram introduzidas no Japão, onde encontraram denodados seguidores. A História do Japão passou a ser escrita segundo as normas vigentes entre os historiadores ocidentais e as Ciências

Auxiliares também passaram a ser cultivadas com empenho. A História Ocidental também foi estudada com afinco e a expansão imperialista do Japão na Coréia, Mandchúria e China atraiu a atenção dos historiadores para a História desses países. A partir de 1926, quando o fascismo começou a fazer os seus primeiros progressos, os historiadores começaram a sofrer as primeiras pressões e passaram a ser obrigados a adotarem historiografia shintoísta, pelo menos nas obras de divulgação e nos livros escolares. Estes passaram a registrar, como se fôsse História, as velhas lendas registradas no **Kojiki** sobre a origem divina dos imperadores. Tal estado de coisas perdurou até o término da guerra, quando os intelectuais readquiriram a liberdade de pensamento e o Ministério de Educação trocou os velhos livros escolares por outros mais científicos.

Atualmente tôdas as correntes de Filosofia da História existentes no Ocidente são encontradas no Japão. Após o término da guerra tornaram-se numerosos os historiadores marxistas mas pouco a pouco vem se acentuando uma reação ao marxismo, que encontramos nos historiadores budistas, por exemplo. Curioso é notar que uma boa parte dos historiadores se dedicam à História Ocidental ao passo que os estudiosos de História Oriental são Budistas ou adeptos da Filosofia de Confúcio. Nas Universidades Budistas, a História é interpretada segundo a filosofia budista. Num trabalho do prof. Kenji Sato, catedrático de História da Universidade Budista de Kanazawa, denominado **Rekishì** (A História), encontramos uma excelente síntese da Filosofia Budista da História, de que passamos a dar as características fundamentais:

a). — O Budismo é a doutrina do Meio Termo e assim a Historiografia Budista evita as posições extremistas. Se dá importância à influência do meio e da sociedade, por outro lado não esquece o papel do indivíduo. Dá a importância devida ao fator econômico mas não esquece o papel das idéias, da cultura, dos fatores psicológicos, emotivos, etc. Não é portanto nem materialista nem espiritualista.

b). — O Budismo não tem escatologia e portanto repudia a que se faça escatologia na História, procurando leis para o processo histórico e procurando deduzir delas o futuro da Humanidade. O Historiador deve se limitar a explicar os fatos na medida de suas possibilidades, nada de adivinhar o futuro.

c). — Não existe um fatalismo na História. Não há causas que irão determinar automaticamente certos

efeitos. Os fatos históricos são o resultado de uma convergência de uma série de condições favoráveis à sua eclosão. Há certas condições por assim dizer essenciais, a que se quisermos poderemos chamar “causas”, mas isso não implica que só elas bastem para causar determinado efeito. Para tal, será necessária a convergência de muitas outras pequenas condições favoráveis à eclosão desse efeito. Assim, um historiador budista, ao estudar, por exemplo, os benéficos efeitos que uma revolução produziu numa sociedade A, jamais poderá afirmar que revolução semelhante cause o mesmo efeito na sociedade B, ainda que esta apresente problemas semelhantes aos de A antes da revolução. As condições mais importantes a que chamamos “causas” proporcionam não um único efeito, mas uma série de probabilidades. Conforme as condições auxiliares, poderá se verificar qualquer uma delas.

d). — A História é um processo contínuo, não poder ser dividida em períodos estanques. A periodização tem apenas valor didático.

Interessante notar como essas idéias estão próximas das de muitos grandes historiadores não marxistas do Ocidente.

RICARDO MÁRIO GONÇALVES

*

* *

BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA.

- Sakamoto (Taro). — **Nippon no Shushi to Shigaku** (História e Historiografia Japonêsa). Tóquio, 1958.
- Kumada (Tadaaki). — **Koyomi** (O Calendário). Tóquio, 1957.
- Takakusu (Junjiro). — **Bukkyo no Shinzui** (A Essência do Budismo). Tóquio, 1940.
- Sekai no Rekishi** (História Universal, publicada pela Editôra Chuô-Korônsha por um grupo de professores). Tóquio, 1961. 17 vols.
- Dooguen Zênji — **Shoboguenzo** (O Repositório da Verdadeira Lei de Buda).
- Nippon no Rekishi** (História do Japão, publicada pelo Jornal Yomiuri, por um grupo de professores). Tóquio, 1960. 8 vols.
- Heike Monogatari** (A História dos Heike).
- Kojiki** (Anais das coisas antigas).
- Sato (Kenji). — **Rekishi** (A História). Tóquio, 1954.
- Raisan (Yo). — **Nippon Gaishi**.
- Shingu (Ryohan). — **Introdução à Filosofia Japonêsa**. (Conferência proferida na Universidade Mackenzie de São Paulo em 19 de setembro de 1961).